

Guilherme Carneiro de Rezende

**O DIREITO HUMANO DA VÍTIMA
A UM PROCESSO PENAL
EFICIENTE**

*Apresentação de Rodrigo Leite Ferreira Cabral
Prefácio de Douglas Fischer*

Curitiba
Juruá Editora
2021

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-65-5605-714-9

JURUÁ
EDITORA

Brasil – R. Flávio Dallegrave, 7.665 São Lourenço Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 82.210-310 Curitiba Paraná Brasil
Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D’Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: Luiz Augusto de Oliveira Junior

Rezende, Guilherme Carneiro de.

R467 O direito humano da vítima a um processo penal eficiente./ Guilherme Carneiro de Rezende./ Curitiba: Juruá, 2021.
194p.; 21cm

1. Processo penal. 2. Direitos humanos. 3. Crime contra a pessoa. 4. Vitimologia. I. Título.

CDD 345.05(22.ed)

CDU 343.1

000022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	25
1 INTRODUÇÃO	27
2 CONTEXTUALIZANDO: QUEM É A VÍTIMA?	31
2.1 O <i>STATUS</i> DA VÍTIMA	35
2.2 A VITIMIZAÇÃO E SEUS GRAUS	39
2.3 A VÍTIMA NO DIREITO BRASILEIRO	41
2.3.1 A Constituição Federal de 1988	42
2.3.2 O Código de Processo Penal	43
2.3.3 A Lei 9.099/95	55
2.3.4 A Lei Maria da Penha.....	57
2.3.5 O Ato Nacional dos Direitos das Vítimas e o Projeto de Lei Mariana Ferrer	59
2.4 A VÍTIMA NO SISTEMA GLOBAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS.....	62
2.5 A REALIDADE DA JUSTIÇA CRIMINAL BRASILEIRA E O PERFIL DAS VÍTIMAS DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS ...	67
3 A RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DO ESTADO PELA INFRAÇÃO AO DEVER DE PROTEGER A VÍTIMA DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS	73
3.1 OS DIREITOS HUMANOS	73
3.1.1 O Que São os Direitos Humanos?	75
3.1.2 Quais as Funções dos Direitos Humanos?	78

3.2	<i>STATUS</i> DOS TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS NO DIREITO DOMÉSTICO.....	84
3.3	O CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE.....	88
3.4	A TRADIÇÃO BRASILEIRA EM RELAÇÃO AOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS.....	94
3.5	A RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DO ESTADO.....	97
3.5.1	A Perspectiva Obrigacional dos Direitos Humanos.....	99
3.5.2	A Violação às Fontes de Direito Internacional de Direitos Humanos e a Responsabilidade Internacional do Estado.....	102
3.6	O DIREITO PENAL (E PROCESSUAL PENAL) COMO FERRAMENTA DE TUTELA DOS DIREITOS HUMANOS.....	109
3.6.1	O Estado Social de Direito e a Proibição da Proteção Deficiente.....	115
4	A CASUÍSTICA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS ENVOLVENDO O BRASIL EM RELAÇÃO À PROTEÇÃO DA VÍTIMA: EM BUSCA DE DIRETRIZES PARA A CONCEPÇÃO DE UM PROCESSO EFICIENTE.....	121
4.1	A CASUÍSTICA.....	121
4.1.1	Caso Ximenes Lopes (Fato 4 de Outubro de 1999, Sentença em 4 de Julho de 2006).....	122
4.1.2	Caso Escher e Outros (Fato Abril de 2009, Sentença em 6 de Julho de 2009).....	124
4.1.3	Caso Garibaldi (Fato 27 de Novembro de 1998, Sentença em 23 de Setembro de 2009).....	126
4.1.4	Caso Gomes Lund (Fatos Ocorridos entre 1972 e 1975, Sentença em 24 de Novembro de 2010).....	131
4.1.5	Caso Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde vs. Brasil (Fatos Ocorridos a Partir de 1989, Sentença de 20 de Outubro de 2016).....	133
4.1.6	Caso Favela Nova Brasília (Fatos 18 de Outubro de 1994 e 8 de Maio de 1995, Sentença em 17 Fev. 2017).....	136
4.1.7	Caso Herzog (Fato 25 de Outubro de 1975, Sentença em 15 de Março de 2018).....	137
4.1.8	Caso do Povo Indígena Xucuru e seus Membros vs. Brasil (Fato 1998, Sentença de 5 Fev. 2018).....	139

4.1.9	Caso Empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus e seus Familiares vs. Brasil (Fato Ocorrido em 11 de Dezembro de 1988 e Sentença de 15 de Julho de 2020)	140
4.1.10	Caso Marcia Barbosa de Souza e Familiares	142
4.2	ESTABELECENDO UM DENOMINADOR COMUM: A JURISPRUDÊNCIA DA CORTE IDH, OS APORTES DO DIDH, E A PROTEÇÃO DA VÍTIMA POR MEIO DE UM PROCESSO PENAL EFICIENTE.....	144
4.2.1	Os Problemas Causados pela Impunidade	157
4.3	A CRÍTICA FORMULADA À DOCTRINA DO “NEOPUNITIVISMO”	159
5	CONCLUSÃO	171
	REFERÊNCIAS	175
	ÍNDICE REMISSIVO	183